PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
20/1/09
O Secretário da Mesa
Hcorreia

☐ **REQUERIMENTO** **Número** **/x (.ª)**

☒ **PERGUNTA** **Número** 987 **/X (4.ª)**

Assunto: Fraude nos Centros de Emprego de Penafiel e de Lamego

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Segurança Social

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

A Polícia Judiciária desmontou recentemente uma rede criminosa que actuava nos Centros de Emprego de Penafiel e de Lamego, provocando uma fraude de cerca de 6 milhões de euros no âmbito do Programa das Iniciativas Locais de Emprego.

Na sequência de tais factos, tornados públicos em Dezembro passado, sabe-se que foram constituídos vários arguidos, entre os quais funcionários destes dois Centros de Emprego, que terão montado um esquema de criação de empresas fantasmas que assim ludibriavam seriamente o Estado.

Aliás, não deixa de ser curioso que o Director do Instituto do Emprego tenha mesmo anunciado publicamente a revisão de tal Programa de Iniciativas Locais de Emprego, sem que porém se conheça alterações sérias no quadro da direcção de tais centros, particularmente do de Lamego onde tal processo teve o seu corolário.

Cumpre igualmente ter em consideração que desde 2006 que os autarcas da região de Lamego têm denunciado situações irregulares na Direcção do Centro de Emprego que ali está localizado, com evidentes casos de parcialidade e clientelismo político no âmbito da colocação de desempregados.

Sabe-se igualmente que o funcionário especialmente acusado pela Polícia Judiciária de ter montado o esquema de fraudes, terá sido transferido de Penafiel para Lamego em finais de 2005, já depois de ter sido alvo de um processo disciplinar, sendo Directora deste Centro de Emprego a mesma pessoa que ainda hoje preside ao mesmo e que é igualmente responsável pela Comissão Concelhia de Lamego do Partido Socialista.

É também público que foi esta responsável que, com surpresa, delegou neste mesmo funcionário, após a sua transferência, as suas competências de gestão deste Programa, já depois de o mesmo se encontrar sob óbvias suspeitas.

Por tudo isto, estranha-se profundamente que a direcção do Centro de Emprego de Lamego continue intocável, verificando-se uma aparente recusa do Governo em retirar as evidentes ilações políticas deste processo, preferindo-se lamentavelmente, procurar iludir a opinião pública, tentando-se de forma infame atirar responsabilidades destes factos para a anterior gestão, que nada tem a ver com os mesmos.

Deste modo, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vimos requerer, através de Vossa Excelência, ao Ministério do Trabalho e da Segurança Social que nos sejam dadas as seguintes informações:

1. É ou não verdade que foi a actual directora do Centro de Emprego de Lamego quem delegou as suas competências sobre a condução do Programa de Iniciativas Locais de Emprego no funcionário que agora foi suspenso e constituído arguido?
2. Que acompanhamento da acção de tal funcionário foi feita desde 2006 por parte da directora no âmbito das respectivas competências?
3. É ou não verdade que tal funcionário se encontrava já sob suspeita depois de ter sido alvo de um processo disciplinar na sequência de uma denúncia feita quando se encontrava em Penafiel?
4. Porque razão foi este funcionário transferido de Penafiel para Lamego e que responsabilidade teve, em tal transferência, a directora deste Centro de Emprego?
5. É intenção do Governo manter em funções, esta mesma directora do Centro de Emprego de Lamego, depois de todos os acontecimentos verificados e exercendo a mesma as funções de Presidente da Comissão Concelhia do PS de Lamego?
6. É ou não verdade que quem autorizou os pagamentos no âmbito do Programa das ILEs no Centro de Emprego de Lamego foi a directora daquela unidade orgânica?

Palácio de São Bento, 16 de Janeiro de 2009.

Os Deputados

José Cesário

Melchior Moreira